



UNIVERSIDADE
E D U A R D O
MONDLANE

Escola de Comunicação e Artes

Departamento de Ciência da Informação

Curso de Licenciatura em Biblioteconomia

**SUBSÍDIO PARA A CRIAÇÃO DE POLÍTICA DE ACESSO ABERTO A
INFORMAÇÃO CIENTÍFICA NAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR
EM MOÇAMBIQUE**

Candidata: Catarina Maurício Fabião Caetano

Supervisor: Mestre Alberto Sucuma

MAPUTO

Dezembro, 2023

Escola de Comunicação e Artes
Departamento de Ciência da informação
Curso de Licenciatura em Biblioteconomia

**SUBSÍDIO PARA A CRIAÇÃO DE POLÍTICA DE ACESSO ABERTO A
INFORMAÇÃO CIENTÍFICA NAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR
EM MOÇAMBIQUE**

Monografia apresentada no Curso de Licenciatura em Biblioteconomia da Escola de Comunicação e Artes, da Universidade Eduardo Mondlane, como requisito parcial para a obtenção do grau de Licenciatura em Biblioteconomia.

Candidata: Catarina Maurício Fabião Caetano

Supervisor: Mestre Alberto Sucuma

MAPUTO

DEZEMBRO, 2023

Ficha Catalográfica

001.89 CAETANO, Catarina Maurício Fabião
C128s

Subsídio para a criação de política de acesso aberto a informação científica nas Instituições de Ensino Superior em Moçambique / Catarina Maurício Fabião Caetano. Maputo: Escola de Comunicação e Artes, 2023.

68f.; 30cm

Supervisão: Mestre Alberto Sucuma

Trabalho de Fim do Curso (Licenciatura) – Curso de Licenciatura em Biblioteconomia – Escola de Comunicação e Artes – Universidade Eduardo Mondlane.

1. Acesso Aberto. 2. Informação Científica. 3. Produção Científica. 4. Ensino Superior em Moçambique. I. SUCUMA, Alberto. II. Instituições de Ensino Superior. III. Título.

CDU: 001.89

DECLARAÇÃO DE HONRA

Eu, **Catarina Maurício Fabião Caetano**, declaro por minha honra, que o presente Trabalho de Fim de Curso é da minha autoria, elaborado em conformidade com o Regulamento para obtenção do Grau de Licenciatura em Biblioteconomia vigente na Escola de Comunicação e Artes da Universidade Eduardo Mondlane e, sendo resultado do meu esforço pessoal, nunca foi apresentado em nenhuma instituição de ensino para a obtenção de qualquer grau académico, constituindo, por isso, um trabalho original, cujas fontes consultadas para a sua elaboração foram devidamente indicadas.

Maputo, Dezembro de 2023

(Catarina Maurício Fabião Caetano)

Escola de Comunicação e Artes
Departamento de Ciência da Informação
Curso de Licenciatura em Biblioteconomia

**SUBSÍDIO PARA A CRIAÇÃO DE POLÍTICA DE ACESSO ABERTO A
INFORMAÇÃO CIENTÍFICA NAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR EM
MOÇAMBIQUE**

Monografia apresentada no Curso de Licenciatura em Biblioteconomia da Escola de Comunicação e Artes, da Universidade Eduardo Mondlane, como requisito parcial para a obtenção do grau de Licenciatura em Biblioteconomia.

Candidata: Catarina Maurício Fabião Caetano

JÚRI

Presidente:
Escola de Comunicação e Artes

Supervisor:
Escola de Comunicação e Artes

Oponente:
Escola de Comunicação e Artes

Maputo, Dezembro de 2023

Aos meus pais Maurício P. F. Caetano (em memória) e Páscoa F. Gimo (em memória), que tanto fizeram por mim ao longo de suas vidas.

AGRADECIMENTOS

A Deus pela graça e amor, que sempre guiou e iluminou o meu caminho para que eu pudesse alcançar mais uma conquista em minha vida.

Ao meu supervisor, Mestre Alberto Sucuma pelo apoio. Foram vários meses de ensinamento e muito aprendizado, não apenas acadêmico, mas também com uma vertente social e educativa. Muito obrigada pelo apoio, sentirei saudades.

A cada um dos docentes do Curso de Licenciatura em Biblioteconomia, na Escola de Comunicação e Artes, da Universidade Eduardo Mondlane, pelos ensinamentos acadêmicos que nestes 4 anos fizeram parte do meu percurso me ajudando a me tornar uma estudante e pessoa melhor, muito obrigado. Em especial, a Doutora Delfina Lázaro por todo apoio, incentivo e colaboração desde o início do Curso.

Aos meus colegas do Curso pela ajuda mútua desenvolvida durante a formação, obrigado pelo companheirismo de sempre, foram 4 anos de memórias que levarei para sempre.

A minha gratidão a todos que directa ou indirectamente tornaram possível a realização do presente trabalho.

*O conhecimento e a informação
são os recursos estratégicos para o
desenvolvimento de qualquer país. Os
portadores desses recursos são as pessoas.*

Peter Drucker

Lista de Siglas e Abreviaturas

BCE	Biblioteca Central Brazão Mazula
BDM	Biblioteca Digital Moçambicana
BCUPM	Biblioteca do Central da Universidade Pedagógica Maputo
BDTD-MZ	Biblioteca Digital de Teses e Dissertações de Moçambique
BOAI	Budapest Open Access Initiative
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
DPLA	Digital Public Library of America
DOAJ	Directory of Open Access Journals
ESJ	Escola Superior de Jornalismo
EUA	Estados Unidos da América
IAPRA	Irish African Partnership Research Archive
IES	Instituições de Ensino Superior
IFLA	Federação Internacional das Associações e Instituições Bibliotecárias
MCT	Ministério de Ciência e Tecnologia
NIH	National Institutes of Health
NSERC	Conselho de Pesquisa em Ciências Naturais e Engenharia do Canadá
NSF	National Science Foundation
OCDE	Comissão Europeia, a associação Science Europe
OASPA	Open Access Scholarly Publishers Association
PI	Profissional da Informação
PLOS	Public Library of Science
RAL	Repositórios de Acesso Livre
RepCAM	Repositório Científico e Académico de Moçambique
RD	Repositórios Digitais
RICTM	Rede de Informação Científica e Técnica de Moçambique
RIUEM	Repositório Institucional da Universidade Eduardo Mondlane
SNR	Sistema Nacional de Repositórios Digitais
SPARC	Scholarly Publishing and Academic Resource Coalition
TICs	Tecnologias de Informação e Comunicação
UEM	Universidade Eduardo Mondlane
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

RESUMO

Com o propósito de discutir (ou mesmo estimular) a produção e divulgação de informações científicas nas Instituições de Ensino Superior em Moçambique (IES) em Moçambique, o presente trabalho visa subsidiar a criação de uma política de acesso aberto à informação científica. Especificamente, objetiva identificar as iniciativas institucionais necessárias para subsidiar a criação de uma política de acesso aberto; mapear a partir de pesquisa documental, as políticas já existentes do acesso aberto a informação científica; descrever os desafios enfrentados na criação de uma política de acesso aberto a informação científica em Moçambique; diretrizes para a criação de política de acesso aberto à informação científica em Moçambique. O presente estudo é de carácter descritivo-exploratório com bordagem qualitativa e centra-se numa revisão da literatura que elenca os benefícios e ferramentas da Ciência Aberta, também se serviu da pesquisa documental, para tanto, utilizou-se dos documentos oficiais e técnicos coletados junto aos órgãos do Governo de Moçambique, voltados para políticas públicas de informação, ciência e tecnologia. Como instrumento de colecta de dados foi realizado um questionário direccionado a 12 profissionais da informação, 6 pertencentes a Biblioteca Central da Universidade Eduardo Mondlane, e 6 da Biblioteca da Universidade Pedagógica de Maputo. Os resultados foram apresentados permitem inferir que os profissionais das IES reconhecem a importância de criação (ou mesmo a existência) da política. Constatamos que o Governo moçambicano tem um papel fundamental na criação da política de acesso aberto e a comunidade científica moçambicana deve assumir o papel de depositar as suas publicações nas infra-estruturas do acesso aberto, contribuindo para o desenvolvimento da produção científica do país.

Palavras-chave: Acesso Aberto. Informação Científica. 3. Produção Científica. Ensino Superior em Moçambique.

ABSTRACT

With the purpose of discussing (or even stimulating) the production and dissemination of scientific information in Higher Education Institutions in Mozambique (HEIs) in Mozambique, the present work aims to subsidize the creation of a policy of open access to scientific information. Specifically, it aims to identify the institutional initiatives necessary to support the creation of an open access policy; mapping, based on documentary research, the existing policies of open access to scientific information; describe the challenges faced in creating a policy of open access to scientific information in Mozambique; guidelines for the creation of a policy for open access to scientific information in Mozambique. The present study is descriptive-exploratory with a qualitative approach and focuses on a review of the literature that lists the benefits and tools of Open Science, it also used documentary research, for this purpose, it used official and technical documents collected from the Government of Mozambique, focused on public policies of information, science and technology. As a data collection tool, a questionnaire was carried out directed to 12 information professionals, 6 belonging to the Central Library of the Eduardo Mondlane University, and 6 from the Library of the Pedagogical University of Maputo. The results of the study allow us to infer that the professionals of the HEIs recognize the importance of the creation (or even the existence) of the policy. We note that the Mozambican Government has a fundamental role in the creation of the open access policy and the Mozambican scientific community should assume the role of depositing its publications in the open access infrastructures, contributing to the development of the country's scientific production.

Keywords: Open Access. Scientific Information. 3. Scientific Production. Higher Education in Mozambique.

SUMÁRIO

<i>DECLARAÇÃO DE HONRA</i>	1
1. INTRODUÇÃO	1
1.1 Problema de Pesquisa	2
1.4 Objectivos	4
2. REFERENCIAL TEÓRICO	5
2.1 Informação científica	5
2.2 Acesso Aberto (Open Access).....	5
2.2.1 Movimento do Acesso Aberto (Open Access).....	6
Infra-estruturas de acesso aberto existentes em Moçambique	7
Iniciativas institucionais para subsidiar a criação de política de acesso aberto	10
Declarações de apoio ao acesso livre ao conhecimento científico:	10
Desafios enfrentados na criação de uma política de acesso aberto a informação científica em Moçambique	13
3. METODOLOGIA	14
3.1 Tipo de Pesquisa.....	14
3.2 População da pesquisa	17
3.3 Trabalho de campo	17
3.4 Análise de dados	17
4. ANÁLISE DE DADOS E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	18
4.1 Caracterização das IES em Moçambique	18
4.3 Perfil das IES de Moçambique	18
4.2.1 Sexo.....	18
4.2.3 Formação académica	19
4.2.4 Categoria dos funcionários.....	19
4.3 Processo de criação de política de acesso aberto	20
4.3.1 Grau de envolvimento no processo do acesso aberto.....	20
4.3.2 Existência da política	20
4.3.3 Influência da política	20
4.4 Desafios enfrentados na criação da política de acesso aberto em Moçambique	21
4.3.8 Desafios de ordem financeira	22
4.3.9 Desafios Constitucionais	22
4.3.10 Desafios de ordem técnica e tecnológica	23
4.3.12 Estratégias de implementação	23
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	26
6. RECOMENDAÇÕES	28
7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	29

8. *APÊNDICE* *i*

1. INTRODUÇÃO

O acesso aberto a informação científica é um movimento que foi criado inicialmente, por membros da comunidade científica, que entendiam haver necessidade de se encontrar um mecanismo alternativo de publicação dos resultados de investigação, que pudessem garantir e no caso manter a mesma qualidade do consagrado sistema de publicação em revistas científicas controladas pelas grandes editoras comerciais a nível mundial (ZIMBA et al, 2016).

Acesso Aberto à literatura científica significa a disponibilidade livre na Internet, permitindo a qualquer usuário ler, fazer download, copiar, distribuir, imprimir, pesquisar ou referenciar o texto integral desses artigos, recolhê-los para indexação, introduzi-los como dados em software, ou usá-los para outro qualquer fim legal, sem barreiras financeiras, legais ou técnicas que não sejam inseparáveis ao próprio acesso a uma conexão Internet. As únicas restrições de reprodução ou distribuição e o único papel para o direito autoral neste domínio é dar aos autores o controle sobre a integridade do seu trabalho e o direito de ser, devidamente, reconhecido e citado.¹

De acordo com Royster (2016), o acesso aberto surge com o projecto de Gutenberg, fundado por Michael Hart no ano de 1971. O projecto de Gutenberg é uma plataforma digital, aonde arquivos de texto de domínio público são gratuitos, que iniciou com a disponibilização de cinquenta mil (50.000) livros em formato eletrónico (e-books).

De acordo com (Chandler, 2005 apud Brandão et al., 2020), com raízes nos anos 1960 e 1970, o rápido desenvolvimento da Internet e o mais recente desenvolvimento das plataformas digitais de difusão da informação foram fundamentais para o crescimento do acesso aberto, como forma de publicação que confere aos autores maior controlo sobre o conteúdo da sua obra e o direito de serem reconhecidos pelo seu trabalho. Brandão et al (2020) apresentam um ensaio e traz uma contextualização sobre o surgimento e a evolução do acesso aberto nas políticas de ciência e tecnologia, bem como uma análise de alguns dos desafios que se colocam à implementação desta forma de publicação científica.

Acredita-se que, com uma política de acesso aberto a informação científica em Moçambique, poderá criar-se um serviço nacional estruturado, culminando com um desenvolvimento científico e agregador dos recursos bibliográficos nas instituições de ensino superior,

¹ Iniciativa de Budapest sobre Acesso Aberto (BOAI - Budapest Open Access Initiative).

facilitando, desde modo, o acesso ao conhecimento científico e a exploração racional de recursos bibliográficos pelas comunidades académicas e científica em Moçambique.

O trabalho tem como objectivo geral, subsidia a criação de uma política de acesso aberto em instituições de ensino superior em Moçambique. Na Metodologia, o trabalho teve uma abordagem descritiva que, de acordo com (Gil, 1999 apud Oliveira 2011, p. 21), as pesquisas descritivas têm como finalidade principal a descrição das características da determinada população ou fenómeno, ou o estabelecimento de relações entre variáveis, e uma abordagem qualitativa, em que de acordo com Minayo & Costa (2018 p.75), a abordagem qualitativa tem como foco o entendimento da intensidade vivencial dos factos e das relações humanas.

1.1 Problema de Pesquisa

De acordo com Leite; Costa (2016, p. 46), desde o surgimento da Internet, o maior evento que transformou as bases estruturais do sistema de comunicação científica foi a emergência de um movimento mundialmente conhecido como acesso aberto à informação científica. O acesso aberto constitui uma reação da comunidade científica à lógica do sistema de comunicação tradicional de comunicação da ciência, especialmente ao sistema de publicações. Seus pressupostos e estratégias compatibilizam esforços que contribuem para reestruturar/reformar o sistema de comunicação científica de modo que sejam removidas as barreiras presentes no fluxo da informação científica, como aquelas relacionadas com tecnologias, custos e direitos autorais.

Para Kuramoto (2008, p. 91), “a informação científica e o insumo básico para o desenvolvimento científico e tecnológico de um país. Esse tipo de informação, resultado das pesquisas científicas, é divulgado a comunidade por meio de revistas”. Deste modo, para que essa informação seja adquirida e cause transformações tecnológicas e sociais é imprescindível que seja acessível a comunidade científica e a quem por ela se interesse.

A abordagem do acesso aberto tem se instituído gradativamente como modelo alternativo de comunicação da ciência. Por promoverem as condições que favorecem um maior controle institucional da informação científica, as estratégias do acesso aberto, como uma expressão emergente de um novo cenário da comunicação científica, tornam-se aspecto fundamental a ser considerado em iniciativas de gestão da informação científica em nível individual, institucional, nacional e internacional (LEITE; COSTA, 2016, p. 46).

Para Leite; Costa (2016, p. 46), a principal intenção é fazer com que resultados de pesquisa científica estejam públicos e permanentemente acessíveis e sem custo a quem possa interessar, sendo constituído também de processos de comunicação científica mais flexíveis, o modelo permite maior vazão a demandas das novas de formas de produção, compartilhamento e uso do conhecimento científico.

(Mangue, 2009 *apud* Waete et a., 2012), salienta que, “as barreiras, sobretudo financeiras, para o acesso a essas publicações têm sido cada vez maiores, contrariando inclusive as expectativas avançadas por alguns autores que acreditavam na redução dos custos de publicação e de acesso à informação científica, graças à Internet”.

Nesse sentido, o acesso aberto pode facilitar a circulação e o acesso a informação científica e promover o surgimento de novas alternativas para a comunicação científica, como por exemplo os repositórios institucionais. Porém, a submissão de trabalhos académicos em repositórios de acesso aberto tem sido alvo de críticas no meio académico, relacionadas, sobretudo, aos direitos e ao papel da publicação periódica científica como veículo privilegiado para a comunicação científica.

Um dos desafios do acesso aberto está relacionado com os receios, no seio da comunidade científica sobre a disponibilização dos trabalhos científicos em acesso aberto, nomeadamente os relacionados com a quebra dos direitos de autor celebrados nos contratos com as editoras.

De que forma a criação de uma política de acesso a informação científica pode contribuir para a adesão das Instituições de Ensino Superior em Moçambique ao Movimento de Acesso Aberto?

1.2 Justificativa

As motivações que conduziram a discussão deste estudo vinculam-se, sobretudo, com razões de natureza pessoal e profissional, mas também de natureza científica, o tema subsídio para a criação de política de acesso aberto a informação científica nas instituições de ensino superior em Moçambique, surge devido ao facto de percebermos a não existência de uma política, o que faz com que muitas das vezes a comunidade científica enfrente dificuldades em partilhar resultados primários de suas pesquisas nos repositórios e nas revistas científicas, culminando com a fraca partilha de informação científica em Moçambique.

A razão pela escolha do tema no âmbito pessoal, por muita das vezes enfrentar dificuldades em aceder a certos conteúdos bibliográficos gratuitamente.

No nível profissional, pelo facto da criação de uma política de acesso aberto em Moçambique desempenhar um papel fundamental na definição de critérios, facilitando o modo de operar por parte da comunidade científica.

No nível científico, pelo facto de a Biblioteconomia ser vista como uma área de conhecimento especializada para pesquisar, desenvolver e utilizar os mais eficazes métodos para tratamento da informação, visando a produção e partilha do conhecimento.

1.3 Hipótese

Se a política de acesso aberto a informação científica for criada, então, a comunidade científica (investigadores e docentes) das IES irá aderir ao movimento partilhando os resultados de suas pesquisas, com a comunidade académico-científica a nível nacional e internacional.

1.4 Objectivos

1.4.1 Objectivo Geral

Subsidiar para a criação de política de acesso aberto a informação científica nas Instituições de Ensino Superior em Moçambique.

1.4.2 Objectivos Específicos

- Identificar as iniciativas institucionais para subsidiar a criação de uma política de acesso aberto;
- Identificar o perfil das Instituições de Ensino Superior de Moçambique que possuem políticas de publicações científicas em acesso aberto;
- Descrever os desafios institucionais de criação de uma política de acesso aberto a informação científica em Moçambique;

2. REFERENCIAL TEÓRICO

O presente capítulo aborda aspectos teórico-conceituais fundamentais do acesso aberto a informação científica; identificar as iniciativas institucionais necessárias para subsidiar a criação de uma política de acesso aberto; mapear a partir de pesquisa documental, as políticas já existentes do acesso aberto a informação científica; descrever os desafios enfrentados na criação de uma política de acesso aberto a informação científica em Moçambique; diretrizes para a criação da política de acesso aberto à informação científica em Moçambique.

2.1 Informação científica

Segundo Kuramoto (2006 p.185), a informação científica é o insumo básico para o desenvolvimento científico e tecnológico de um país. Esse tipo de informação é resultado das pesquisas científicas, e é divulgado à comunidade por meio de revistas.

Segundo Brandão *et al* (2020), no âmbito do acesso aberto considera-se como informação científica: artigos; dados de investigação (tratados e não tratados); factos ou números recolhidos para investigação ou discussão; estatísticas; resultados de experiências; métricas; observações resultantes de trabalhos de campo; resultados de inquéritos; gravação de entrevistas, entre outros. É fundamental que seja informação possível de ser disponibilizada em plataformas digitais (European Commission, 2017). Os procedimentos para a publicação dessa informação foram estabelecidos pelo sistema de comunicação científica, o qual vem se consolidando ao longo de mais de três séculos e as pesquisas científicas, em sua maioria, são financiadas pelo Estado, portanto, com recursos públicos. Do ponto de vista ético, os resultados dessas pesquisas deveriam ser de livre acesso. (KURAMOTO, 2006)

2.2 Acesso Aberto (Open Access)

De acordo com Brandão *et al* (2020), o movimento Acesso Aberto surgiu em 1971, através do Projecto Gutenberg que viabilizou a distribuição digital gratuita de livros. A partir dessa iniciativa, o movimento do Acesso Aberto tem registado um crescimento significativo, com o desenvolvimento de repositórios institucionais, iniciativas de estímulo à publicação em acesso aberto e a incorporação desta prática nas políticas de ciência e tecnologia e em programas de apoio à investigação e inovação.

Segundo Zimba *et al* (2016), o acesso aberto a informação científica é um movimento que foi criado inicialmente, por membros da comunidade científica, que entendiam haver necessidade de se encontrar um mecanismo alternativo de publicação dos resultados de

investigação, que pudesse manter a mesma qualidade do consagrado sistema de publicação em revistas científicas controladas pelas grandes editoras comerciais a nível mundial.

Entre as motivações para o desenvolvimento do acesso aberto encontram-se sobretudo razões económicas, éticas e políticas, explícitas quer nas primeiras iniciativas em prol deste movimento, quer nas políticas mais recentes adotadas em diferentes países. Desde o início foi claro o entendimento de que uma maior partilha de conhecimento, de forma aberta e transparente, no sentido da sua democratização, seria benéfica para toda a sociedade.

2.2.1 Movimento do Acesso Aberto (Open Access)

De acordo com Castro (2005), o acesso aberto é um movimento mundial, iniciado no início da década de 90, que promove o acesso livre e gratuito à literatura científica, respeitando direitos autorais e definindo autorizações de uso e existem várias iniciativas que subsidiaram a criação da política de acesso aberto, impulsionando o movimento global em direção ao compartilhamento livre e aberto do conhecimento.

De acordo com Brandão *et al* (2020), os movimentos de ciência e acesso aberto, indissociáveis atualmente, vêm proporcionando ferramentas úteis para estabelecer relações entre a comunidade científica e os demais parceiros sociais. De um ponto de vista mais político, o reconhecimento de uma maior necessidade de partilhar os avanços científicos com a sociedade civil, indústria, instituições estatais e no seio da própria comunidade científica, tem motivado a adoção e promoção dos princípios do acesso aberto não só pela comunidade académica, mas também por organismos internacionais com peso político como a OCDE, a Comissão Europeia, a associação Science Europe, o(s) National Institutes of Health (NIH, EUA) e os Research Councils do Reino Unido (FONSECA 2017 *apud* BRANDÃO *et al* (2020).

Brandão *et al* (2020) explica que o movimento em prol do acesso aberto começa a ganhar dimensão sobretudo a partir de 1998, graças aos esforços do consórcio internacional de bibliotecas académicas SPARC (Scholarly Publishing and Academic Resource Coalition). Outro importante marco inicial foi o lançamento da Public Library of Science (PLOS), que resultou de uma carta aberta assinada por 34 mil académicos de todo o mundo, propondo a criação de uma biblioteca online pública e de livre acesso, dedicada a publicações nas áreas da medicina e das ciências da vida. Hoje para Brandão *et al* (2020), o acesso aberto surge, naturalmente, como um dos pilares do movimento da ciência aberta e uma prática que tem vindo a ganhar relevância no seio da comunidade científica e nas políticas de ciência e

tecnologia, em diferentes regiões do globo, como atesta o aumento exponencial do número de políticas de acesso aberto, revistas, arquivos ou repositórios abertos ao cidadão comum e a qualquer instituição.

Segundo Brandão *et al* (2020), o início do acesso aberto enquanto movimento com peso político marcado por três iniciativas, no início do século XXI, nos Estados Unidos da América e na Europa: (1) a Budapest Open Access Initiative (BOAI), promovida pelo supramencionado Open Society Institute, em fevereiro de 2002; (2) o Bethesda Statement on Open Access Publishing, na sequência de uma conferência no Howard Hughes Medical Institute em Maryland (EUA), em abril de 2003; (3) a Berlin Declaration on Open Access to Knowledge in Science and Humanities, publicada na sequência de uma conferência sobre acesso aberto em Berlim, organizada pela Max Planck Society, em outubro de 2003.

2.2.2 Movimento do Acesso Aberto em Moçambique

Em Moçambique existe acesso aberto à informação científica. O país tem investido no desenvolvimento de repositórios e plataformas para disponibilizar publicações científicas de forma gratuita e aberta. Além disso, existem iniciativas que promovem a pesquisa e o compartilhamento de conhecimento científico entre os pesquisadores moçambicanos e internacionais.

De acordo com Zimba *et al* (2019 p.249), o sucesso do Movimento de Acesso Aberto em Moçambique, depende grandemente de adoção de políticas que possam incentivar os autores a publicar seus resultados de pesquisas em revistas de acesso aberto, e/ou que garantam o depósito da produção científica em repositórios de acesso livre.

A primeira iniciativa de implementação de repositórios em Moçambique teve início em 2008, e até então, governo moçambicano tem promovido a disponibilização de dados e informações de forma livre e gratuita para facilitar o acesso da população. Existem também diversas instituições e organizações que apoiam e incentivam a prática do acesso aberto no país.

Infra-estruturas de acesso aberto existentes em Moçambique

Para que qualquer política de acesso aberto realmente se operacionalize, há a necessidade de haver uma infra-estrutura que permita o depósito de publicações em acesso aberto. Em Moçambique, as principais Infra-estruturas do acesso aberto são as revistas e os repositórios científicos.

a) Revistas científicas

De acordo com Lynch (2003), uma revista científica é uma publicação periódica que contém artigos de pesquisa escritos por especialistas em determinadas áreas do conhecimento. Esses artigos são submetidos a um processo rigoroso de revisão por pares, no qual outros especialistas no campo analisam e avaliam a qualidade do trabalho antes de ser publicado. As revistas científicas servem como um meio de comunicar novas descobertas e avanços científicos para a comunidade acadêmica e científica. Elas fornecem um fórum para os pesquisadores compartilharem seus estudos, métodos, resultados e conclusões com outros interessados na área.

Algumas das principais revistas científicas em Moçambique são:

1. "Revista de Ciência e Tecnologia" - Editada pela Universidade Eduardo Mondlane, esta revista abrange várias áreas do conhecimento, incluindo ciências naturais, ciências sociais e tecnologia.
2. "Anais da Faculdade de Engenharia da Universidade Eduardo Mondlane" - Esta revista tem foco em engenharia e é publicada pela Faculdade de Engenharia da Universidade Eduardo Mondlane.
3. "Revista Científica do ISCTEM" - Publicada pelo Instituto Superior de Ciências e Tecnologia de Moçambique (ISCTEM), esta revista engloba áreas como administração, economia, engenharia, ciências sociais e tecnologia.
4. "Revista Geográfica de Moçambique" - Esta revista é dedicada aos estudos geográficos e é publicada pela Associação Moçambicana de Geografia.

As revistas científicas em Moçambique funcionam de maneira semelhante às revistas científicas em outros países. Elas desempenham um papel importante na disseminação da pesquisa científica produzida no país, permitindo que os pesquisadores compartilhem seus resultados e contribuam para o avanço do conhecimento.

Geralmente, as revistas científicas em Moçambique seguem um processo de revisão por pares, no qual os artigos submetidos são avaliados por outros especialistas na área antes de serem publicados. Isso ajuda a garantir a qualidade e a integridade dos trabalhos científicos.

Além disso, as revistas científicas também podem facilitar a colaboração entre os pesquisadores, servindo como um meio para troca de informações e ideias. Elas podem oferecer uma plataforma para os cientistas se conectarem, compartilharem suas descobertas e

estabelecerem parcerias de pesquisa. É importante mencionar que existem várias revistas científicas em Moçambique cobrindo diferentes áreas de estudo, desde ciências sociais até ciências naturais e engenharia. Algumas dessas revistas são publicadas por universidades, instituições de pesquisa ou associações científicas do país.

Estas são apenas algumas das revistas científicas disponíveis em Moçambique e existem outras publicações especializadas em áreas específicas, como medicina, biologia e agricultura. Além disso, várias universidades do país também têm suas próprias revistas científicas que publicam pesquisas de seus professores e estudantes.

b) Repositórios científicos

De acordo com Lynch (2003), repositórios de dados são plataformas responsáveis por coletar, armazenar e gerenciar grandes conjuntos de dados de pesquisa.

Os **repositórios científicos** reúnem inúmeros recursos bibliográficos em formato digital que podem ser selecionados e filtrados por critérios como ano, área, tipo de publicação, autor, instituição, revista, etc.

Os repositórios **digitais** (RDs) são bases de dados online que reúnem de maneira organizada a produção científica de uma instituição ou área temática. Os RDs armazenam arquivos de diversos formatos.

O **repositório institucional** de uma universidade é “um conjunto de serviços que a universidade oferece aos membros de sua comunidade, visando ao gerenciamento e disseminação dos materiais digitais criados pela instituição e pelos membros de sua comunidade” (LYNCH, 2003).

Moçambique possui repositórios científicos que disponibilizam publicações e pesquisas de forma gratuita e aberta. Algumas das principais plataformas incluem o Repositório Científico de Moçambique (RepCis), a Biblioteca Digital Moçambicana (BDM), a SciELO Moçambique e a Rede de Informação Científica e Técnica de Moçambique (RICTM). Essas iniciativas visam promover o acesso e compartilhamento de conhecimento científico para avançar as pesquisas no país.

Existem vários repositórios em Moçambique onde é possível encontrar publicações científicas e acadêmicas. Alguns dos principais são:

1. "Repositório Científico e Acadêmico de Moçambique" (RepCAM) - É uma plataforma desenvolvida pelo Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia (NCST) para centralizar e divulgar a produção científica e acadêmica do país.

2. "Biblioteca Digital de Teses e Dissertações de Moçambique" (BDTD-MZ) - É um repositório que reúne teses e dissertações de instituições de ensino superior moçambicanas, como a Universidade Eduardo Mondlane, a Universidade Pedagógica e outras.

3. "Repositório Institucional da Universidade Eduardo Mondlane" - A universidade possui seu próprio repositório onde são disponibilizadas as teses, dissertações e outras publicações produzidas por sua comunidade acadêmica.

4. "Portal de Informação Científica de Moçambique" - É uma plataforma online que disponibiliza informações científicas e tecnológicas sobre Moçambique e permite acesso a artigos científicos produzidos no país.

Esses repositórios são importantes para a disseminação e acesso ao conhecimento científico e acadêmico produzido em Moçambique. Além disso, várias instituições de ensino superior e centros de pesquisa do país também possuem seus próprios repositórios para compartilhar suas publicações.

Iniciativas institucionais para subsidiar a criação de política de acesso aberto

Essas iniciativas e muitas outras desempenharam um papel fundamental em incentivar e apoiar a criação de políticas de acesso aberto em instituições acadêmicas, governos e órgãos de financiamento em todo o mundo.

Declarações de apoio ao acesso livre ao conhecimento científico:

1. Budapest Open Access Initiative - BOAI (2002)

De acordo com Castro (2005), a reunião foi promovida pelo Open Society Institute (OSI), da Soros Foundation e tinha como objectivo principal de analisar como iniciativas isoladas poderiam trabalhar em conjunto e como a OSI e outras fundações poderiam contribuir para essa iniciativa. Apresenta princípios, estratégias e compromissos. Duas estratégias recomendadas: Auto-arquivamento em repositórios; Publicação em revistas de acesso livre.

2. Bethesda Statement on Open Access Publishing (2003)

Reunião no Howard Hughes Medical Institute, Bethesda, US, com o objetivo de delinear princípios para obter apoio formal das agências de financiamento e de todos os atores do

fluxo da comunicação científica para publicação de resultados de pesquisa científica. Reforça condições da Declaração de Budapest e propõe mudanças nas políticas relativas à publicação de resultados de pesquisa científica.

3. Berlin Declaration on Open Access to Knowledge in Sciences & Humanities (2003)

Recomenda o uso consistente da Internet para divulgação e publicação das pesquisas científicas, encorajando pesquisadores a publicar em revistas de acesso livre e reforça a necessidade de avaliar a produção disponível em acesso livre, definição de padrões de qualidade e de reconhecimento para efeitos de avaliação e progressão académica.

4. Declaração de Salvador

Insta que os governos deem alta prioridade ao acesso aberto nas políticas científicas.

E conclama a todos os parceiros da comunidade científica internacional para conjuntamente assegurar que a informação científica seja de livre acesso e disponível para todos e para sempre.

5. Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO)

"O acesso livre ao conhecimento científico é essencial para a promoção da inovação, do desenvolvimento sustentável e da igualdade de oportunidades. A UNESCO apoia e promove iniciativas de acesso aberto como um meio eficaz de compartilhar conhecimento e fortalecer as capacidades dos países em desenvolvimento."

"A UNESCO defende o acesso aberto ao conhecimento científico como um meio para promover a inclusão, a igualdade e o desenvolvimento sustentável. Ao compartilhar o conhecimento científico de forma aberta e gratuita, podemos capacitar as pessoas a tomarem decisões informadas e contribuir para o progresso da humanidade."

6. Organização Mundial da Saúde (OMS)

"A OMS acredita que o acesso aberto ao conhecimento científico é fundamental para melhorar a saúde global. Por meio de políticas de acesso aberto, podemos aumentar a disseminação e a utilidade das pesquisas em saúde, permitindo que profissionais de saúde, pesquisadores e a população em geral tenham acesso a informações relevantes e atualizadas."

7. União Europeia

"A União Europeia promove o acesso aberto como uma maneira de garantir que o conhecimento científico e académico esteja disponível para todos, independentemente de

suas capacidades financeiras ou institucionais. Acreditamos que o acesso aberto pode impulsionar a inovação, a colaboração internacional e o avanço do conhecimento."

8. Fundação Bill e Melinda Gates

"A Fundação Bill e Melinda Gates reconhece o papel crucial do acesso aberto no fortalecimento das capacidades de pesquisa e inovação em países em desenvolvimento. Apoiamos iniciativas de acesso aberto para fornecer acesso gratuito e imediato ao conhecimento científico, permitindo que pesquisadores, profissionais de saúde e formuladores de políticas tomem decisões informadas e baseadas em evidências."

Essas declarações refletem o reconhecimento global da importância do acesso aberto ao conhecimento científico e a necessidade de promover políticas e iniciativas que possibilitem esse acesso para todos.

Nos países em via de desenvolvimento, de acordo com Waete et al (2012 p.197), essas iniciativas permitem a livre utilização dos resultados da pesquisa científica contida em revistas especializadas, embora, as atenções na abordagem deste conceito estão quase todas voltadas para as revistas científicas devido à sua centralidade no processo de difusão e circulação do conhecimento.

De acordo com Castro (2005), existem várias políticas e mandatos governamentais e institucionais em relação ao acesso aberto à informação científica. Abaixo estão alguns exemplos:

1. Política de Acesso Aberto da União Europeia: A Comissão Europeia implementou uma política em 2012, que estabelece que todas as publicações científicas resultantes de pesquisas financiadas pelo programa Horizonte 2020 devem ser disponibilizadas em acesso aberto.

2. Política de Acesso Aberto dos Estados Unidos: A Casa Branca implementou uma política em 2013, exigindo que todas as agências federais que financiam pesquisa implementem políticas de acesso aberto. Isso levou à criação de políticas específicas em várias agências, como a National Institutes of Health (NIH) e a National Science Foundation (NSF).

3. Política de Acesso Aberto do Brasil: O Brasil adotou uma política de acesso aberto em 2012, que exige que todas as pesquisas financiadas com recursos públicos sejam disponibilizadas em acesso aberto. A Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) também lançou o Portal de Periódicos, que oferece acesso gratuito a centenas de periódicos científicos.

4. Política de Acesso Aberto do Canadá: O Conselho de Pesquisa em Ciências Naturais e Engenharia do Canadá (NSERC) e o Conselho de Pesquisa em Ciências Sociais e Humanidades (SSHRC) implementaram políticas de acesso aberto que requerem a disponibilização dos resultados da pesquisa financiada por eles em acesso aberto.

Esses são apenas alguns exemplos, mas muitos outros países e instituições têm implementado políticas de acesso aberto para incentivar o compartilhamento e a disseminação do conhecimento científico. O objetivo dessas políticas é maximizar o impacto da pesquisa, permitindo que ela seja amplamente acessível e utilizada pela comunidade científica e pela sociedade como um todo.

Desafios enfrentados na criação de uma política de acesso aberto a informação científica em Moçambique

De acordo com Waete *et al* (2012), estudos têm mostrado que a disponibilização da informação técnico-científica nos países em desenvolvimento tem aumentado, especialmente em acesso aberto. No entanto, a criação de uma política de acesso aberto em Moçambique pode enfrentar vários desafios específicos. Alguns dos desafios comuns encontrados na implementação de políticas de acesso aberto em países em desenvolvimento incluem:

1. Infraestrutura e recursos limitados: Moçambique pode enfrentar desafios significativos em termos de infraestrutura de tecnologia da informação e comunicação, como acesso limitado à Internet, falta de equipamentos adequados e falta de recursos financeiros para investir em infraestrutura. Essas limitações podem dificultar o desenvolvimento de repositórios institucionais ou plataformas online para disponibilizar a pesquisa em acesso aberto.
2. Falta de conscientização e cultura de compartilhamento: Em muitos países em desenvolvimento, incluindo Moçambique, pode haver falta de conscientização sobre os benefícios do acesso aberto e uma cultura de compartilhamento limitada. Isso pode dificultar a aceitação e a adesão às políticas de acesso aberto por parte dos pesquisadores e instituições.
3. Capacitação limitada: Pode haver uma falta de capacitação e recursos humanos qualificados para implementar efetivamente políticas de acesso aberto em Moçambique. Isso pode incluir a falta de conhecimento técnico sobre como criar e gerenciar repositórios institucionais, políticas de direitos autorais e licenciamento de pesquisa.

4. Dependência de publicações estrangeiras: Muitos pesquisadores em Moçambique dependem de revistas científicas internacionais para publicar sua pesquisa, que muitas vezes são de acesso fechado e pagos.

3 METODOLOGIA

De acordo com Gil (1999) o método científico é um conjunto de procedimentos intelectuais e técnicos utilizados para atingir o conhecimento. Para que seja considerado conhecimento científico, é necessária a identificação dos passos para a sua verificação, ou seja, determinar o método que possibilitou chegar ao conhecimento.

O presente capítulo, segue com os procedimentos metodológicos utilizados no desenvolvimento da pesquisa tendo em vista a materialização dos nossos objectivos previamente traçados. Segundo Rudio (1980) apud Oliveiras (2011), o método científico é fundamental para validar as pesquisas e seus resultados serem aceitos. Dessa forma, a pesquisa, para ser científica, requer um procedimento formal, realizado de modo sistematizado, utilizando para isto método próprio e técnicas específicas.

Segundo Marconi e Lakatos (2003), a metodologia é um conjunto de formas utilizadas para resolução de um problema ou para alcance de objectivos traçados na realização de uma pesquisa. Todo o trabalho científico deve obedecer a orientações metodológicas de acordo com a sua área específica de conhecimento.

3.1 Tipo de Pesquisa

a) Quanto aos objectivos: à pesquisa classifica-se como descritiva, que acordo com Gil (1999), as pesquisas descritivas têm como finalidade principal a descrição das características de determinada população ou fenómeno, ou o estabelecimento de relações entre variáveis. São inúmeros os estudos que podem ser classificados sob este título e uma de suas características mais significativas aparece na utilização de técnicas padronizadas de coleta de dados. Faremos por meio desta, a descrição caracterizada do nosso objecto de estudo, através de um questionário para funcionários e entrevista aos docentes-investigadores, e os elementos que entre si influenciam para a o acesso aberto a informação científica.

b) Quanto à abordagem do problema: a pesquisa configura-se com uma abordagem qualitativa, que visa subsidiar a criação de uma política de acesso aberto a informação científica em Moçambique. Conforme explicam Silva e Menezes (2011, p. 20), "a

pesquisa qualitativa tem uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito que não pode ser traduzido em números", facto que vai permitir estabelecer ponte entre a literatura, a realidade e consequente confrontação.

Deste modo, não descartamos a conjugação desta abordagem com procedimentos metodológicos quantitativos, pois, segundo Fonseca (2002), a utilização conjunta da pesquisa qualitativa e quantitativa permite recolher mais informações do que se poderia conseguir num método isoladamente. Tencionando a apresentar respostas exatas e precisas das entrevistas aos profissionais de informação, alguns elementos serão dados em números percentuais, como o nível dos profissionais de informação da biblioteca, o grau de envolvimento do funcionário na área da informação científica, na perspectiva de dar mais ênfase na pesquisa.

c) Quanto a escolha do objeto de estudo: foi realizada um estudo de dois casos. Segundo Yin (2001) apud Oliveiras (2011), o estudo de caso é caracterizado pelo estudo profundo e exaustivo dos fatos objecto de investigação, permitindo um amplo e pormenorizado conhecimento da realidade e dos fenómenos pesquisados, sendo uma investigação empírica que investiga um fenómeno contemporâneo dentro do seu contexto da vida real, especialmente quando os limites entre o fenómeno e o contexto não estão claramente definidos.

d) Quanto a técnica de colecta de dados: a pesquisa foi de carácter bibliográfico e documental. A pesquisa bibliográfica, construirá pela sua natureza, a primeira etapa do estudo, a partir da qual, faremos o levantamento, a seleção e análise de materiais bibliográficos sobre o tema proposto para melhor compreensão e apropriação de conceitos e teorias referentes ao mesmo.

Segundo Vergara (2000) apud Oliveiras (2011), a pesquisa bibliográfica é desenvolvida a partir de material já elaborado, constituído, principalmente, de livros e artigos científicos e é importante para o levantamento de informações básicas sobre os aspectos direta e indiretamente ligados à nossa temática. A principal vantagem da pesquisa bibliográfica reside no fato de fornecer ao investigador um instrumental analítico para qualquer outro tipo de pesquisa, mas também pode esgotar-se em si mesma. Com este primeiro procedimento, foi possível trazer com mais clareza, os elementos teóricos que nos permitiram observar de forma robusta os resultados, dando-nos propriedade e autoridade para perceber o que melhorar dentro do aporte teórico relacionado com a temática em questão.

e) Quanto aos procedimentos técnicos: a presente pesquisa configura-se como bibliográfica e documental, por esta ser útil para verificar a existência de documentos institucionais, facto que nos possibilitará perceber a forma de atuação em torno do problema levantado.

A pesquisa documental, segundo Gil (1999), é muito semelhante à pesquisa bibliográfica. A diferença essencial entre ambas está na natureza das fontes: enquanto a bibliográfica se utiliza fundamentalmente das contribuições de diversos autores, a documental vale-se de materiais que não receberam, ainda, um tratamento analítico, podendo ser reelaboradas de acordo com os objetos da pesquisa.

De acordo com Marconi e Lakatos (1996) apud Oliveiras (2011), a pesquisa documental é bastante utilizada em pesquisas puramente teóricas e naquelas em que o delineamento principal é o estudo de caso, pois aquelas com esse tipo de delineamento exigem, em boa parte dos casos, a coleta de documentos para análise.

f) Quanto aos instrumentos de coleta de dados, foi aplicado um questionário com perguntas abertas e fechadas aos gestores de informação e usuários das IES. De acordo com Cervo & Bervian (2002) apud Oliveiras (2011), o questionário refere-se a um meio de obter respostas às questões por uma fórmula que o próprio informante preenche, que pode conter perguntas abertas e/ou fechadas.

As abertas possibilitam respostas mais ricas e variadas e as fechadas maior facilidade na tabulação e análise dos dados. Marconi & Lakatos (1996) apud Oliveiras (2011), definem o questionário estruturado como uma série ordenada de perguntas, respondidas por escrito sem a presença do pesquisador.

Foi recorrida a técnica de entrevista não estruturada, de modo a construir um guião de entrevista direcionado aos profissionais de informação afetos ao MCT.

Segundo Cervo & Bervian (2002) apud Oliveiras (2011), a entrevista é uma das principais técnicas de coletas de dados e pode ser definida como conversa realizada face a face pelo pesquisador junto ao entrevistado, seguindo um método para se obter informações sobre determinado assunto.

Quanto a técnica de análise de conteúdo, foi realizada a análise de conteúdo e a estatística descritiva. De acordo com Bardin (1977) apud Oliveiras (2011), a análise de conteúdo é um conjunto de técnicas de análise das comunicações que tem por objetivo enriquecer a leitura e ultrapassar as incertezas, extraindo conteúdos por trás da mensagem analisada, que possui duas funções básicas: função heurística – aumenta a prospecção à descoberta, enriquecendo a

tentativa exploratória e função de administração da prova – em que, pela análise, buscam-se provas para afirmação de uma hipótese.

Segundo Trivinões (1987), apud Oliveiras (2011), a análise de conteúdo é um método que pode ser aplicado tanto na pesquisa quantitativa, como na investigação qualitativa.

Esta fase constituirá em análise e discussão de dados, fruto da confrontação teórico-prático e, por fim, as considerações finais e respectivas referências bibliográficas utilizadas ao longo da consecução da pesquisa.

3.2 População da pesquisa

A pesquisa recorreu a uma amostra não probabilística, como forma de relação, baseando-se na acessibilidade e por conveniência. Este tipo de amostragem é menos rigoroso e destituído de qualquer rigor estatístico. O pesquisador seleciona os elementos a que tem acesso, admitindo que estes possam representar o universo (GIL, 2008 P.94).

3.3 Trabalho de campo

De acordo com o carácter da pesquisa e seus objectivos usou-se os seguintes instrumentos de recolha de dados: inquérito por questionário: foi dirigido aos funcionários das Instituições de Ensino Superior em estudo; a entrevista semiestruturada: foi dirigida aos pesquisadores afectos a esta área, composto por perguntas abertas que auxiliaram na obtenção das informações para a realização do estudo.

3.4 Análise de dados

A análise e interpretação dos dados colectados foi feita através de métodos estatísticos e expostos em tabelas e gráficos. Baseado no tema da pesquisa de subsídio para a criação de política de acesso aberto, estudando o caso das IES em Moçambique, os desafios de criação foram categorizados em: infraestrutura e recursos limitados, falta de conscientização e cultura de compartilhamento, Capacitação limitada, dependência de publicações estrangeiras. Esses desafios foram aplicados no instrumento de colecta de dados de modo a facilitar a organização e estruturação dos mesmos após a colecta e os resultados obtidos com base no questionário foram analisados e discutidos. A produção dos textos respeitou o vertido no Regulamento de Trabalho de Culminação de Curso aprovado pela ECA.

4 ANÁLISE DE DADOS E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

O presente capítulo teve os resultados da pesquisa de campo através de um questionário aplicado a 12 profissionais da Informação do Ministério de Ciência e Tecnologia e de Instituições de Ensino Superior (IES) que fizeram parte da pesquisa e discutidos na revisão da literatura realizada. O capítulo apresenta a caracterização das IES, o perfil das IES e as diretrizes para a criação da política de acesso aberto à informação científica em Moçambique. O presente trabalho teve no questionário o seu principal instrumento de colecta de dados, estes dados foram processados e analisados de forma a se chegar a um resultado.

4.1 Caracterização das IES em Moçambique

IES gozam de autonomia científica e pedagógica que lhes confere a capacidade de, (a) definir as áreas de estudo, planos, programas, projectos de investigação científica, cultural, desportiva e artística; (b) leccionar, pesquisar e investigar de acordo com as convicções do corpo docente e independentemente de qualquer forma de coerção; (c) criar, suspender e extinguir cursos; (d) elaborar os currículos dos cursos e desenvolver os programas, auscultando para tal o mercado de trabalho; (e) definir os métodos de ensino, escolher os processos de avaliação e introduzir novas experiências pedagógica.

Neste contexto, na materialização da autonomia referida anteriormente, podem as IES realizar acções em comum com outras entidades públicas ou privadas, ajustadas à natureza e fins da Instituição, tendo em conta as linhas gerais da política nacional do sector, designadamente, em matérias de educação, ciência e cooperação internacional.

4.3 Perfil das IES de Moçambique

Seguidamente serão apresentadas informações que descrevem o perfil dos funcionários do MCT e das IES, que fizeram parte desta pesquisa, no entanto, a caracterização dos mesmos foi feita tendo como base a faixa etária, sexo, formação académica e categoria dos funcionários.

4.2.1 Sexo

A amostra foi realizada com universo de 12 funcionários predominantemente por homens sendo 60% respondentes do sexo masculino, enquanto 40% do sexo feminino.

4.2.2 Faixa Etária

Na tabela 1, constata-se que a faixa etária predominante dos funcionários é adulta, visto que 50% da amostra tem a idade compreendida entre os 31 aos 45 anos de vida, os outros 25% tem entre 46 aos 65 anos, 15% entre 56 aos 65 anos e 10% entre 25 aos 30 anos de vida.

Faixa etária	Quantidade	(%)
De 25 a 30	1	10%
De 31 a 45	6	50%
De 46 a 55	3	25%
De 56 a 65	2	15%
Total	12	100%

Tabela 1 - Faixa etária dos inquiridos

Fonte: Autor da pesquisa, 2023

4.2.3 Formação acadêmica

A tabela 2 indica o grau de instrução dos funcionários, onde nota-se a predominância do nível superior, sendo que 50% corresponde ao grau de licenciatura, 30% nível de mestrado, 15% fazem referência ao nível médio e 5% ao doutorado.

Faixa etária	Quantidade	(%)
Nível médio	3	15%
Licenciatura	6	50%
Mestrado	4	30%
Doutorado	1	5%
Total	12	100%

Tabela 2 - Formação acadêmica

Fonte: Autor da pesquisa, 2023

4.2.4 Categoria dos funcionários

O gráfico 1 apresenta que grande parte dos funcionários exercem um cargo de chefia, onde a sua composição é dominada por chefes de departamento que correspondem a 50% e

os restantes 20% são correspondentes a chefes de repartição e os restantes fazem referência aos cargos de director/a adjunto/a e técnico superior.

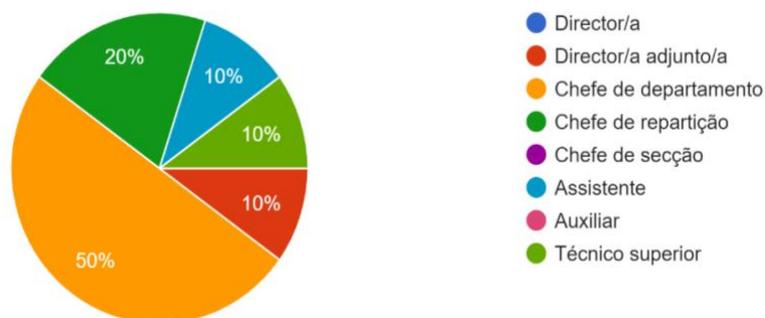


Gráfico 1 - Categoria dos funcionários

4.3 Processo de criação de política de acesso aberto

4.3.1 Grau de envolvimento no processo do acesso aberto

Em relação ao nível de envolvimento no processo de disponibilização da informação científica na instituição, percebe-se o envolvimento parcial dos funcionários nos departamentos responsáveis pelo AA, havendo 60% que se considera envolvido e os restantes que se considera muito envolvido.

4.3.2 Existência da política

No que diz respeito a não existência da política, verifica-se que não tem uma política de acesso aberto, mas existe um regulamento que contém certas diretrizes, que regulam no processo de disponibilização da informação científica na instituição.

4.3.3 Influência da política

Indagados sobre a influência da política no processo de criação de política de acesso aberto a informação científica nas IES, a maioria dos inqueridos considera que ajuda na definição de critérios que regem o trabalho, auxilia na tomada de decisão, cria condições de guia para depósitos por parte dos pesquisadores.

4.3.4 Ausência da política

No que diz respeito a não existência da política no processo de acesso aberto, a maioria dos inqueridos aponta que a mesma contribui para a indefinição de critérios na realização das actividades, dificuldades no gerenciamento das actividades.

4.4 Desafios enfrentados na criação da política de acesso aberto em Moçambique

O processo de criação de uma política de acesso aberto envolve várias etapas e partes interessadas para garantir uma implementação eficaz. A maioria dos inqueridos aponta que a mesma é desafiante, pois para que a mesma se materialize, há um longo caminho a ser percorrido:

1. Definir o objetivo: A primeira etapa é estabelecer um objetivo claro para a política de acesso aberto. Isso pode incluir aumentar a visibilidade e o impacto das pesquisas, promover a colaboração e o compartilhamento de conhecimento ou garantir que pesquisadores e instituições tenham acesso fácil aos resultados de pesquisas financiadas publicamente.
2. Realizar uma revisão da literatura: É importante realizar uma revisão da literatura para entender as melhores práticas e políticas existentes no campo do acesso aberto. Isso ajudará a informar a elaboração da política e garantir que ela esteja alinhada com os padrões internacionais.
3. Criar um grupo de trabalho: Formar um grupo de trabalho composto por representantes de diferentes partes interessadas, como pesquisadores, bibliotecários, editores e administradores institucionais. Esse grupo deve ser responsável pela elaboração da política e pela consulta das partes interessadas durante o processo.
4. Elaborar a política: O grupo de trabalho deve elaborar um rascunho inicial da política, que deve incluir elementos como o tipo de conteúdo abrangido (artigos, dados, teses etc.), requisitos de licenciamento, responsabilidades dos pesquisadores e instituições, e prazos para a implementação da política.
5. Revisar e fornecer feedback: O rascunho da política deve ser compartilhado com as partes interessadas para revisão e feedback. Isso pode ser feito por meio de consultas públicas, workshops ou envio de comentários por escrito. O grupo de trabalho deve analisar e considerar cuidadosamente o feedback recebido e fazer as revisões necessárias na política.

6. Aprovar a política: Após a revisão e revisão final, a política de acesso aberto deve ser aprovada pelo órgão responsável, como um conselho de administração ou comitê de pesquisa. Uma vez aprovada, a política deve ser divulgada amplamente para conscientizar os pesquisadores e as instituições.

7. Implementar a política: Uma estratégia de implementação deve ser desenvolvida para garantir que a política de acesso aberto seja adotada e cumprida. Isso pode incluir a criação de infraestrutura técnica para o armazenamento e a disseminação de conteúdo aberto, treinamento para pesquisadores e funcionários, e monitoramento contínuo para garantir o cumprimento da política.

8. Avaliar e revisar: A política de acesso aberto deve ser avaliada regularmente para garantir sua eficácia e fazer ajustes, se necessário. Isso pode ser feito por meio de avaliações periódicas, análise de métricas de uso e impacto e consulta contínua das partes interessadas.

É essencial ressaltar que o processo de criação de uma política de acesso aberto pode variar dependendo do contexto e das necessidades específicas de cada organização. No entanto, essas etapas fornecem uma estrutura geral para orientar o processo de criação de uma política eficaz.

4.3.8 Desafios de ordem financeira

Procurou-se saber quais os desafios de ordem financeira assolam a biblioteca, os desafios de ordem financeira estão principalmente ligados a aquisição de equipamento informático, pagamento de subscrição nas revistas científicas, formação dos profissionais, manutenção do sistema, Internet, digitalização e preservação digital. Os dados também nos mostram que, embora em menor escala, também fazem parte dos desafios a contratação de profissionais, segurança de dados, direitos autorais e electricidade

4.3.9 Desafios Constitucionais

Tendo sido identificado os desafios, procuramos saber porque razão a área constitucional fazer parte dos desafios, assim, uma parte significativa aponta a falta de um decreto. Por outro lado, também consideram os direitos autorais como desafio, sendo que certa parte da comunidade científica apresenta receio em relação ao plágio de seus artigos científicos.

4.3.10 Desafios de ordem técnica e tecnológica

Em relação aos aspectos técnicos e tecnológicos, além do investimento tecnológico para garantir a robustez da infra-estrutura é importante também investir na formação e capacitação dos colaboradores do projecto de modo a salvaguardar o mesmo.

De acordo com as respostas mais citadas pelos funcionários da instituição, os principais desafios estão relacionados com a infraestrutura tecnológica e de rede, escassez de material informático, servidores, digitalização, segurança de dados e Internet. Estão também elencadas as barreiras neste conjunto de desafios o uso de material informático inapropriado, a velocidade de transmissão, preservação digital, armazenamento de dados, direitos autorais e fragilidade do sistema.

4.3.12 Estratégias de implementação

Segundo Cunha (2008), deve-se elaborar um plano de metas a ser traçado, não existe uma estratégia única a ser empregada na implantação, e portanto, em relação as estratégias de disseminação da científica aplicadas nas instituições, procuramos saber quais eram as mais aplicadas, e de acordo com os dados recolhidos, as estratégias de implementação predominantemente aplicadas são: eventos científicos de incentivo a comunidade científica a depositar as publicações na revista científica o ainda que tenha sido depositado em uma revista comercial; seminários, palestras e realização de semana de Ciência Aberta anualmente na UEM.

4.3.13 Benefícios da criação de uma política de acesso aberto a informação científica

A criação de uma política de acesso aberto nas instituições de ensino superior em Moçambique traz diversas vantagens, tais como:

1. Acesso livre e gratuito ao conhecimento: uma política de acesso aberto permite que estudantes, pesquisadores e professores tenham acesso livre e gratuito às publicações científicas e acadêmicas. Isso aumenta a disseminação do conhecimento e garante que pessoas que não possuem recursos financeiros para pagar por acesso às publicações possam se beneficiar do conteúdo.
2. Aumento da visibilidade da pesquisa: ao tornar as pesquisas e produções acadêmicas acessíveis ao público em geral, a instituição de ensino superior aumenta a visibilidade do trabalho realizado pelos seus pesquisadores e estudantes. Isso pode resultar em maior

reconhecimento institucional e internacional, bem como possibilitar colaborações com outras instituições.

3. Promoção da colaboração e inovação: uma política de acesso aberto estimula a colaboração entre pesquisadores, uma vez que o livre acesso às publicações facilita a troca de informações e ideias. Além disso, ao tornar o conhecimento disponível, estimula-se a inovação e novas descobertas, uma vez que mais pessoas terão acesso ao conhecimento existente e poderão utilizá-lo como base para pesquisas e trabalhos futuros.

4. Impacto social: ao disponibilizar o conhecimento científico e acadêmico de forma aberta, as instituições de ensino superior contribuem para o desenvolvimento social e econômico do país. Acesso aberto ao conhecimento científico pode ser utilizado para informar políticas públicas, melhorar a prática clínica na área da saúde, entre outros benefícios para a sociedade.

5. Redução do custo das publicações: as publicações científicas e acadêmicas geralmente são caras e muitas instituições de ensino superior em países em desenvolvimento têm dificuldades financeiras para custear o acesso a essas publicações. Ao adotar uma política de acesso aberto, as instituições podem reduzir os custos relacionados à compra de periódicos e livros, redirecionando esses recursos para outras áreas prioritárias.

Portanto, a criação de uma política de acesso aberto pode trazer benefícios significativos nas instituições de ensino superior em Moçambique, permitindo uma maior disseminação do conhecimento, promoção da colaboração e inovação, além de ter um impacto social positivo.

4.5 Subsídios para a criação da política de acesso aberto à informação científica em Moçambique

A implementação de uma política de acesso aberto em Moçambique pode contribuir significativamente para a disseminação do conhecimento científico e promover a colaboração e inovação no país.

Realizamos o estudo do caso no MCT, instituição essa que é pioneira na implementação do acesso aberto a informação científica em Moçambique, na qual as diretrizes que propomos para que se estabeleça a criação de uma política de acesso aberto em Moçambique são:

1. Definição dos objetivos: identificando os objetivos específicos da política de acesso aberto. Isso pode incluir o aumento da visibilidade e impacto da pesquisa moçambicana, promover a

colaboração entre instituições acadêmicas e científicas, e incentivar a inovação e o desenvolvimento socioeconômico do país.

2. Envolvimento das partes interessadas: é importante envolver todas as partes interessadas relevantes na criação da política de acesso aberto. Isso pode incluir instituições acadêmicas, pesquisadores, bibliotecas, editores científicos, órgãos governamentais e organizações não governamentais. Realize consultas e reuniões para obter feedback e apoio das partes interessadas.

3. Definição da política: elabore um documento que estabeleça claramente os princípios, objetivos e diretrizes da política de acesso aberto. Isso pode incluir a definição de quais tipos de conteúdo serão abrangidos pela política (por exemplo, artigos científicos, teses, relatórios de pesquisa), as condições de acesso aberto (por exemplo, licenças Creative Commons), e o prazo para a implementação da política.

4. Infraestrutura e tecnologia: garanta que exista infraestrutura adequada e tecnologia para apoiar a implementação da política de acesso aberto. Isso pode incluir a criação de repositórios institucionais ou nacionais para armazenar e compartilhar os conteúdos abertos, o desenvolvimento de plataformas online para facilitar a busca e acesso aos materiais, e a capacitação dos profissionais envolvidos na gestão dessas infraestruturas.

5. Sensibilização e capacitação: realize programas de sensibilização e capacitação para pesquisadores, professores, estudantes e profissionais da informação sobre os benefícios do acesso aberto e como aderir à política. Isso pode incluir workshops, treinamentos e recursos educacionais para promover a compreensão do acesso aberto e as melhores práticas para a publicação e compartilhamento de conteúdos abertos.

6. Monitoramento e avaliação: estabeleça mecanismos para monitorar e avaliar a implementação e eficácia da política de acesso aberto. Isso pode incluir a coleta de dados sobre o número de publicações em acesso aberto, o impacto da pesquisa moçambicana, o uso dos recursos abertos e o feedback das partes interessadas. Utilize essas informações para ajustar e melhorar a política ao longo do tempo.

7. Parcerias e colaboração internacional: busque parcerias e colaboração com instituições e organizações internacionais.

De acordo com Zimba et al (2019), Moçambique ainda não possui uma política e mandato de acesso aberto à informação científica, mas as instituições de ensino superior têm sido as pioneiras na discussão e implementação do paradigma do acesso aberto, e ainda vivencia

grandes problemas em adaptar-se modelo de repositórios e revistas científicas de acesso aberto para Moçambique devido vários factores como: estruturais; ausência de recursos humanos capacitados em matérias editoriais; funcionando na maioria dos casos de forma amadora; imprevisto nos procedimentos editoriais.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Abordar sobre criação de política de acesso aberto significa criar mecanismos que possam orientar a forma em que as instituições e os investigadores devem realizar as suas actividades científicas, e isso vai requerer entre investimentos tecnológicos (infra-estruturas) para o acesso aberto, pois sem as infra-estruturas de acesso aberto, ainda que se crie uma política, não poderá se materializar.

O presente trabalho pretendeu subsidiar a criação de uma política de acesso aberto a informação científica nas IES em Moçambique. Para melhor desenvolvimento da pesquisa, recorreu-se a literaturas temáticas bastante importantes para o tema em questão, onde foi possível identificar estudos relacionados e informações relevantes para a criação de uma política de acesso aberto.

Os objectivos deste trabalho foram alcançados na medida em que se subsidiou para a criação de uma política de acesso aberto a informação científica nas IES em Moçambique, pelo facto de ainda não existir uma política de acesso aberto a informação científica em Moçambique.

Para a realização do trabalho, definiu-se três objectivos específicos, na qual chegou-se a conclusão que identificou-se as iniciativas institucionais necessárias para subsidiar a criação de uma política de acesso aberto; identificou-se que os profissionais de acordo com a amostra são capacitados para assegurar a gestão de uma política de acesso aberto a informação científica. Verificou-se desafios de ordem financeira, constitucional, de ordem técnica e tecnológica na criação de uma política de acesso aberto a informação científica em Moçambique.

Contudo, constatou-se que constitui um grande desafio criar uma política de acesso aberto nas IES em Moçambique. Percebe-se que a advocacia e a palavra chave para a política do acesso aberto.

A política de acesso aberto não só irá contribuir com a disseminação de informação disponibilizados pelos repositórios das IES no cenário nacional e internacional de maneira a

possibilitar uma maior projecção da sua imagem e passar a ter maior visibilidade, avaliação pelos pares da produção científica e dos grupos de pesquisa da Instituição, recuperação rápida e eficiente da informação, o que de certa forma terá a possibilidade de estabelecer parcerias a nível internacional, mas também irá contribuir de forma positiva para o desenvolvimento da pesquisa científica em Moçambique.

Constatamos ainda que os profissionais da informação das IES têm um perfil adequado uma vez que possuem domínio de técnicas bibliográficas bem como do uso de tecnologias, desempenham seu papel de uma forma satisfatória neste cenário de actuação. Maior parte deles possui algum tipo de especialização, o que de certa forma reflecte a busca constante pela actualização de conhecimentos com vista ao aprimoramento da sua carreira.

Não obstante, tem também de haver uma aceitação por parte da comunidade científica, de modo a publicar em acesso aberto localmente, fazendo o depósito das publicações feitas ou internacionalmente nas revistas comerciais, ainda que seja apenas depositada de forma a garantir apenas o acesso aos metadados, e não ao documento completo em caso de restrições legais, e importante que isso aconteça.

Em resposta ao problema de pesquisa:

Constatamos que o questionário permitiu-nos uma colecta e organização estruturada de dados, no entanto a sua aplicação junto dos inquiridos não foi tarefa fácil, visto que no decorrer do trabalho também enfrentamos limitações de ordem científica e burocráticas. Cientificamente as limitações tiveram como base a escassez de informações que abordam o tema.

Em suma, concluímos que, as hipóteses ficam validadas porque, constatamos que a criação de uma política de acesso aberto à informação científica em Moçambique incentivará a comunidade científica (investigadores e docentes) das IES em Moçambique a aderirem o movimento do acesso aberto, partilhando seus resultados primários, com a comunidade académico-científica, a submeterem suas publicações de conhecimento e outros dados, colocando-os em bases de dados de acesso aberto, contribuindo com o desenvolvimento da investigação científica e com o aumento da produção, a publicação e expansão da informação científica em Moçambique, contribuindo para o desenvolvimento científico do país.

6. RECOMENDAÇÕES

Recomenda-se que:

- O Governo moçambicano priorize a criação de uma política de acesso aberto a informação científica;
- As comunidades científicas (docentes e pesquisadores) das IES em Moçambique colaborem no processo de criação da política de acesso aberto a informação científica.

7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBAGLI, S.; CLINIO, A.; RAYCHTOCK, S. Ciência aberta: correntes interpretativas e tipos de ação. **Liinc em Revista**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 2, p. 434-450, nov. 2014.

BRANDÃO, T.; MOREIRA, A; TANQUEIRO, S. R. As políticas de acesso aberto: história, promessas e tensões. p. 253-276 <https://doi.org/10.4000/lerhistoria.8560>

BUDAPEST Open Access Initiative, 2002. Disponível em: <http://www.soros.org/openaccess>. Acesso em: 12 nov. 2009.

CAPELLA, A. C. N. *Formulação de Políticas Públicas*. Brasília Enap 2018

COSTA, S. Filosofia aberta, modelos de negócios e agências de fomento: elementos essenciais a uma discussão sobre o acesso aberto à informação científica. **Ciência da Informação**, v. 35, n. 2, p. 39-50, maio/ago., 2006. Disponível em: <http://www.ibict.br/cionline/viewarticle.php?id=926>. Acesso em: 23 fev. 2007.

COSTA, S. M. de S.; LEITE, F. C. L. Repositórios institucionais: potencial para maximizar o acesso e o impacto da pesquisa em universidade. In: **Conferência Ibero-americana de Publicações Eletrônicas no Contexto da Comunicação Científica**, 1, 2006, Brasília. *Anais...* Brasília: Universidade de Brasília, 2006.

CRESPO, I. M.; CORRÊA, C. H. W. Acesso livre à comunicação científica: a experiência do Scielo. **Revista F@ro: Estudos**, n. 6, p. 1-6, 2006. Disponível em: <http://web.upla.cl/revistafaro>.

DAS, A. K. **Open access to knowledge and information: scholarly literature and digital library initiatives; the South Asian scenario**. New Delhi: UNESCO, 2008. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0015/001585/158585e.pdf>. Acesso em: 19 ago. 2022.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GIL, A. C. **Técnicas de pesquisa em economia e elaboração de monografias**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2000.

GOLDERNDERG, M. **A arte de pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em ciências sociais**. 5. ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.

KURAMOTO, H. Acesso livre à informação científica: novos desafios. **Liinc em Revista**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 2, p. 154 – 157, set. 2008.

KURAMOTO, H. Open archive e as políticas públicas para a informação científica. In: **Simpósio Internacional de Bibliotecas Digitais**, 3, 2005, 14 São Paulo. Disponível em: http://bibliotecascruesp.usp.br/bibliotecas/APRESENT/Helio_Kuramoto.ppt.

LEITE, F. C. L. **Como gerenciar e ampliar a visibilidade da informação científica brasileira**: repositórios institucionais de acesso aberto. Brasília, DF: IBICT, 2009.

LEITE, F. C. L.; COSTA, S. Repositórios institucionais como ferramentas de gestão do conhecimento científico no ambiente acadêmico. **Perspect. Ciênc. Inf.**, Belo Horizonte, v. 11, n. 2, p. 206-219, mai./ago. 2006.

MATIQUE, P. C. S. **Publicação científica de Moçambique**. Florianópolis, 2018. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Universidade Federal de Santa Catarina, Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação, Florianópolis, 2018.

MORENO, F. P.; LEITE, F. C. L.; ARELLANO, M. A. M. Acesso livre a publicações e repositórios digitais em ciência da informação no Brasil. **Perspect. Ciênc. Inf.**, Belo Horizonte, v. 11, n. 1, p. 82-94, jan./abr. 2006.

MUELLER, S. P. M. A comunicação científica e o movimento de acesso livre ao conhecimento. **Ciência da Informação**. Brasília, v. 35, n. 2, p.27-38, maio/ago. 2006.

OLIVEIRA, S. L. de. **Tratado de metodologia científica**: projetos de pesquisas, TGI, TCC, monografias, dissertações e teses. São Paulo: Thompson Pioneira, 1999.

PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. C. de. **Metodologia do trabalho científico**: técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013. Disponível em: <http://www.feevale.br/editora>. Acesso em: 20 jan. 2018.

ROCHA, A. M. Bibliotecas especializadas de instituições de pesquisa na Cidade de Manaus: estudo da estrutura organizacional. **Revista de Biblioteconomia de Brasília**, v. 6, n. 1, p. 39-52, 2013. Disponível em: <https://rii.ufam.edu.br/handle/prefix/3419>. Acesso em: 3 jun. 2022.

SANZ VALERO, J.; VEIGA DE CABO, J.; DAVID CASTIEL, L. A iniciativa Open Access no acesso à informação técnico-científica nas ciências da saúde. **RECIIS - R. Eletr. de Com. Inf. Inov. Saúde**. Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 19-26, jan./jun. 2007.

SAYÃO, L. et al. (Org.). **Implantação e gestão de repositórios institucionais: políticas, memória, livre acesso e preservação**; Salvador: EDUFBA, 2009.

SILVA, F. C. C.; SILVEIRA, L. O ecossistema da ciência aberta. **Trans Informação**, v. 31, e190001, 2019. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/2318-0889201931e190001>. Acesso em: 20 ago. 2022.

SOUZA, M. Produção científica brasileira: caminhos norteadores para instituições de fomento à pesquisa. **Brazilian Journal of Information Studies: Research Trends**, v. 12, n. 1, p. 46-60, 2018.

WAETE, R. Z.; MOURA, M. A.; MANGUE, M. V. Acesso livre à informação científica em países em desenvolvimento: o caso dos repositórios “Saber” (Moçambique) e digital da UFMG (Brasil). **Encontros Bibli: Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Florianópolis, v. 17, n. 2, p. 195-210, 2012.

WEITZEL, S. da R. O papel dos repositórios institucionais e temáticos na estrutura da produção científica. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 12, n. 1, p.51-71, jan./jun. 2006.

WITTER, G. P. **Produção científica**. Campinas, São Paulo: Editora Átomo. 1997.

YIN, R. K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 2. Ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

ZIMBA, H. F. et al. Publicação em acesso aberto na Universidade Eduardo Mondlane: análise de artigos submetidos ao Programa de Incentivo à Publicação Científica. **Ciência da Informação**, Brasília, DF, v. 48, n. 3 (Supl.), p. 246-254, set./dez. 2019.

ZIMBA, H. F.; WAETE, R. Z.; MUSSAGY, A. Acesso aberto à informação científica: diretrizes, políticas e modelos de repositórios científicos para Moçambique. **Cadernos BAD**, n. 2, p. 187-201, jul./dez. 2016.

WREN, J. D. Open access and openly accessible: a study of scientific publications shared via the internet. **Information e Practice**, apr. 2005.

8. APÊNDICE

Roteiro de entrevista para os profissionais das Instituições de Ensino Superior em Moçambique

O presente roteiro de entrevista tem como objectivo recolher dados para a realização de trabalho do fim do Curso de Licenciatura em Biblioteconomia, na Escola de Comunicação e Artes da Universidade Eduardo Mondlane. Portanto, o questionário destina-se aos profissionais das Bibliotecas das Instituições de Ensino Superior em Moçambique. Em hipótese alguma, dados que permitam identificar o respondente serão divulgados. Estes dados serão utilizados apenas para evitar duplicidade e utilizados, exclusivamente, para fins de investigação académica e científica.

Agradece-se, desde já, a sua colaboração.

	Opções			
I. Identificação				
1. Nome (Opcional)				
2. Sexo	<input type="checkbox"/> Masculino		<input type="checkbox"/> Feminino	
3. Faixa etária (anos).	<input type="checkbox"/> 18-25 <input type="checkbox"/> 25-30	<input type="checkbox"/> 31-35 <input type="checkbox"/> 36-40	<input type="checkbox"/> 41-45 <input type="checkbox"/> 46-50	<input type="checkbox"/> +50
4. Habilitações literárias.	<input type="checkbox"/> 12ª Classe/Equivalente <input type="checkbox"/> Médio Profissional <input type="checkbox"/> Licenciatura <input type="checkbox"/> Mestrado <input type="checkbox"/> Doutoramento <input type="checkbox"/> Outra. Qual? _____			
5. Indique a sua categoria profissional. (escolha apenas uma opção)	Itens			
6. Indique o seu nível académico.	<input type="checkbox"/> Superior <input type="checkbox"/> Médio com Especialização <input type="checkbox"/> Médio <input type="checkbox"/> Básico <input type="checkbox"/> Elementar			
II. Actuação profissional, competências, habilidades e atitudes				
8. Tempo de serviço na Instituição (anos).	<input type="checkbox"/> 0-5 <input type="checkbox"/> 6-10	<input type="checkbox"/> 11-15 <input type="checkbox"/> 16-20	<input type="checkbox"/> 21-25 <input type="checkbox"/> 26-30	<input type="checkbox"/> +30
9. Forma de ingresso na Instituição?	<input type="checkbox"/> Concurso <input type="checkbox"/> Transferência <input type="checkbox"/> Mobilidade <input type="checkbox"/> Outra. Qual? _____			
10. Quais é o seu grau de envolvimento no processo de desenvolvimento e disponibilização da informação científica na instituição?	<input type="checkbox"/> Estou envolvido <input type="checkbox"/> Não estou envolvido			
11. Existe alguma política que orienta o processo do acesso aberto a informação	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não. Justifique. _____			

científica na instituição?	
12. Se a resposta for sim, de que forma as políticas influenciam no processo do acesso aberto a informação científica?	<input type="checkbox"/> Auxílio na tomada de decisão <input type="checkbox"/> Definição de critérios que regem o trabalho <input type="checkbox"/> Guia para a realização de actividades <input type="checkbox"/> Cria condições para a harmonização do acervo <input type="checkbox"/> Racionalização de recursos <input type="checkbox"/> Outros. Qual? _____
13. Se a resposta for não, de que forma a ausência de políticas influenciam no processo do acesso aberto a informação científica?	<input type="checkbox"/> Indefinição de critérios na realização das actividades <input type="checkbox"/> Dificuldades no gerenciamento das actividades <input type="checkbox"/> Crescimento desordenado do repositório <input type="checkbox"/> Morosidade no processo
14. De que forma os desafios de ordem técnica e tecnológica se reflectem no processo de implementação da política de acesso aberto?	
15. Quais são as estratégias de disseminação da informação científica aplicadas na vossa instituição?	
16. Que benefícios se pode tirar da criação de uma política de acesso aberto a informação científica para as instituições de ensino superior Moçambique?	
17. O que se deve ter em conta para a criação de uma política de acesso aberto a informação científica para as IES em Moçambique?	